

O 4 DE FEVEREIRO DE 1992: HISTÓRIA E POLÍTICA NA VENEZUELA CONTEMPORÂNEA

Anatólio Medeiros Arce¹ 

Resumo: Este artigo analisa a construção da narrativa histórica do 4 de fevereiro de 1992. Esse acontecimento marcou a entrada no cenário político do grupo que comandaria a Venezuela nas próximas décadas. Neste país, o grupo que detém o poder político pode impor sua visão sobre o passado. O uso da história, moldada por uma leitura favorável aos interesses políticos daqueles que controlam o Estado no momento, permitiu à narrativa do 4 de fevereiro exercer considerável influência política e potencializar a liderança de Hugo Chávez. O texto foi construído com base nas seguintes fontes: discursos e entrevistas de Chávez entre 1992 e 2012 e matérias jornalísticas publicadas durante os eventos do 4 de fevereiro de 1992, além de ampla revisão bibliográfica.

Palavras-chave: 4 de fevereiro. Narrativa histórica. Passado. Venezuela.

THE FEBRUARY 4TH 1992: HISTORY AND POLITICAL IN VENEZUELA CONTEMPORARY

Abstract: This article aims to analyze the February 4th 1992 historical narrative construction. This event was the political group entrance that to commander Venezuela in the coming decades. In this country, the group that hold the political power can impose own point of view about the past. The history, based on favorable interpretation to political interests from who hold the State in moment, allow the February 4th historical narrative to hold political influence and to increase Chavez's leadership. The article is based on the following sources: speeches and interviews by Chávez between 1992 and 2012 and newspaper articles published during February 4th 1992. There are also bibliographical sources about theme.

Keywords: February 4th. Historic narrative. Past. Venezuela.

4 DE FEBRERO DE 1992: HISTORIA Y POLÍTICA EN LA VENEZUELA CONTEMPORÁNEA

Resumen: Este artículo analiza la construcción del relato histórico del 4 de febrero de 1992. Este hecho marcó la entrada en el escenario político del grupo que comandaría Venezuela en las próximas décadas. En este país, el grupo que detenta el poder político puede imponer su mirada sobre el pasado. El uso de la historia, conformado por una lectura favorable a los intereses políticos de quienes controlaban el Estado en ese momento, permitió que la narrativa del 4 de febrero ejerciera una considerable influencia política y potencializara el liderazgo de Hugo Chávez. El texto fue construido a partir de las siguientes fuentes: discursos y entrevistas de Chávez entre 1992 y 2012 y artículos periodísticos publicados durante los hechos del 4 de febrero de 1992, además de una extensa revisión bibliográfica.

Palabras clave: 4 de febrero. Narrativa histórica. Pasado. Venezuela.

Introdução

Michel de Certeau (2011, p. 38-54) pontua que a história se tornou um mito, os fatos históricos são construídos, sua relação com a sociedade é abstrata e está sujeita aos efeitos de uma distorção. Isso também acontece nas leituras dos acontecimentos passados da história dos países, escrita com base em uma narrativa construída conforme os

¹ Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

interesses de grupos políticos, majoritariamente daqueles que estão no poder em determinado momento. Esta situação também ocorre na Venezuela, onde a construção de uma narrativa histórica serve de legitimação, justificativa e retórica político-eleitoral para grupos bem situados ascender e se manter no poder.

Para Alves (2009, p.82-97), cada sociedade possui uma forma específica de se relacionar com seu passado e esta relação é denominada de cultura histórica. A Venezuela, por sua vez, também possui sua cultura histórica. A relação entre a sociedade venezuelana e seu passado é determinada pelo fato de que a história como ciência é transplantada à luta política cotidiana e se torna parte da estratégia de inserção a grupos políticos no poder. Por isso, Uslar Pietri (1992, p. 41) considera a história da Venezuela escrita com base em negações e desinformação. As etapas e os personagens sofrem um processo de descaracterização, uma retaliação vinda dos grupos políticos triunfantes que julgam os acontecimentos passados de acordo com seus interesses do presente.

Tudo isto explica o papel ocupado pela narrativa histórica, construída por Chávez e seu grupo político, no tocante ao 4 de fevereiro de 1992. Esse acontecimento é relevante à história recente da Venezuela, pois marcou a chegada no cenário político do grupo que comandaria o país nas próximas décadas. A fracassada tentativa de golpe conferiu notoriedade aos líderes daquela ação, sobretudo ao tenente-coronel Hugo Chávez, militar que apareceu ao vivo na televisão conclamando seus companheiros a se render. Ao longo do tempo, a derrota militar se transformou em uma vitória política e a prisão dos líderes não foi capaz de amainar a popularidade deles.

A partir deste momento, Chávez se tornou uma figura conhecida em âmbito nacional e sua projeção aumentava de forma proporcional ao desprezo que uma parte significativa da população nutria em relação aos líderes políticos “tradicionais”. A notoriedade política permitiu e exigiu de Chávez a construção de uma narrativa histórica favorável àquele movimento, capaz de legitimar e justificar a rebelião.

Após 1992, o 4 de fevereiro começou a agregar distintas leituras. Antes mesmo de Chávez ascender à presidência, a data se tornou uma tradição inventada. Esse conceito, formulado por Hobsbawm (2014, p. 21), ajuda a esclarecer como as sociedades se relacionam com seu passado. A história, portanto, se transforma em legitimadora das ações e cimento de coesão grupal. Quando Chávez se torna presidente, em 1999, a narrativa do 4 de fevereiro passa a ser a versão histórica pertencente ao Estado, abrindo toda uma possibilidade de difusão e domínio típicos de sociedades em que a conquista do poder estatal também significa uma vitória de sua narrativa do passado. Carrera Damas

(1969, p.77-79) explica este fenômeno com base na noção de história pátria. Essa forma de narrativa histórica é dominante na Venezuela. Há uma dependência da historiografia nacional em relação ao Estado e as discussões historiográficas são assuntos de Estado.

O objetivo deste artigo é analisar como a construção da narrativa histórica do 4 de fevereiro foi um dos fatores fundamentais para Chávez conquistar o poder e se manter no cargo por quatorze anos. O uso da história, moldada por uma leitura favorável aos interesses políticos do grupo que controlava o Estado no momento, permitiu à narrativa do 4 de fevereiro exercer considerável influência política e potencializar a liderança de Chávez. O texto foi construído com base nas seguintes fontes: discursos e entrevistas de Chávez entre 1992 e 2012 e matérias jornalísticas publicadas durante os eventos do 4 de fevereiro de 1992², além de ampla revisão bibliográfica.

O artigo se divide em três itens. O primeiro, analisa o ocorrido em 4 de fevereiro de 1992. O segundo, a consolidação da liderança de Chávez como um opositor à elite dirigente até sua primeira eleição à presidência em 1998. Por fim, o terceiro item se ocupa da leitura histórica do 4 de fevereiro com Chávez no poder, entre 1999 e 2013, e as distintas versões utilizadas ao longo do tempo.

O 4 de fevereiro de 1992: uma ação militar de consequências políticas

Os acontecimentos ocorridos em 4 de fevereiro de 1992 na Venezuela podem ser considerados um dos mais controversos da história recente do país. Ainda de madrugada, iniciou-se um deslocamento de tropas, formadas por militares de baixa-patente, com o propósito de tomar o poder por meio de uma ação com características de um golpe de Estado. Estes militares eram comandados por Hugo Chávez, tenente-coronel paraquedista do Exército. Segundo Gott (2005, p. 63), o movimento possuía os seguintes propósitos: aprisionar o presidente Carlos Andrés Pérez e o alto comando das Forças Armadas; ocupar o Palácio de Miraflores (sede do governo); comunicar ao país a existência de uma junta-militar; e, por fim, promulgar uma nova Constituição.

No entanto, a ação fracassou, foi mal planejada, delatada por militares e não possuía a adesão que se imaginava. A tentativa de prender o presidente se viu comprometida, pois os rebeldes não conseguiram alcançar o comboio presidencial quando este saía do Aeroporto de Maiquetía (distante aproximadamente há 35 quilômetros do centro de Caracas). O grupo responsável por tomar o Palácio de

² Estas matérias foram recolhidas na Hemeroteca Nacional, acervo depositado na Biblioteca Nacional da Venezuela, localizada em Caracas.

Miraflores, ainda que tivessem adentrado nas imediações com tanques de guerra, foram cercados por tropas da Guarda Nacional e por militares responsáveis pela segurança do presidente.

A tropa de paraquedistas, incumbida de tomar o Museu Militar e comandada pelo tenente-coronel Chávez, foi recebida com tiros de advertência. Após negociação, eles conseguiram adentrar no prédio, porém, não se apoderaram dos equipamentos de comunicação. Unidades militares comprometidas com o governo cercaram o Museu Militar e encurralaram Chávez e sua tropa. Os insurgentes ficaram impedidos de deixar o prédio e de se comunicar com as demais unidades militares rebeladas, algo fundamental para obrigar Chávez a se render.

Em pouco tempo, o presidente Pérez retomou o controle do país. Conforme destaca Maringoni (2009, p. 94), em pronunciamento em cadeia nacional, desqualificou os militares rebeldes, os chamou de fascistas, genocidas e aventureiros. Prometeu punição exemplar e os vinculou às ditaduras latino-americanas. Contou com a solidariedade de quase todos os partidos representados no Congresso, dos sindicatos, da Igreja Católica e das associações vinculadas à imprensa. Este apoio se estendeu à vários governos estrangeiros, a exemplo de Estados Unidos, Espanha e Cuba.

Apesar de ter sido rapidamente debelada, o confronto no 4 de fevereiro “[...] deixou 14 soldados, cinco policiais e um civil mortos. Dezenas de homens ficaram feridos. Um total de 1.089 soldados – entre os quais 130 oficiais – foram detidos e acusados de motim e de atos criminosos de violência” (JONES, 2008, p. 167). A maioria desses militares foram soltos em pouco tempo e reintegrados às Forças Armadas, mas a Justiça Militar decidiu enviar à prisão os líderes do movimento golpista: Árias Cárdenas, Jesus Urdaneta e Hugo Chávez.

Porém, antes disto, a recuperação da ordem em Caracas não havia impedido que algumas unidades militares ainda estivessem sob o controle dos rebeldes no interior da Venezuela. As decisões tomadas pelo governo Pérez eram desencontradas e, desde o *Caracazo*³ de 1989, a Venezuela sofria uma escalada de violência desgastante à imagem

³ Foi uma onda de protestos populares iniciada em 27 de fevereiro de 1989. O descontentamento começou quando o governo de Carlos Andrés Pérez aumentou repentinamente os preços dos combustíveis, o que encareceu as passagens de ônibus. Isso provocou saques, incêndios e barricadas. Houve um sangrento enfrentamento com as forças de segurança e os distúrbios duraram cerca de 5 dias. Maringoni (2009, p.72) revela que as cifras mais conservadoras indicam que aproximadamente 1500 pessoas morreram em decorrência dos confrontos. A forma violenta como o governo reagiu e as violações aos direitos humanos perpetradas nos meses posteriores tornaram o *Caracazo* um acontecimento que desnudou a crise do sistema de *Punto Fijo*. Portanto, toda esta agitação política e social chegou aos quartéis.

do presidente. Com o propósito de pôr término definitivo ao movimento golpista, o autocomando militar tomou a seguinte decisão em conjunto com Chávez: o tenente-coronel apareceria ao vivo na televisão, pediria aos rebeldes a deposição das armas e reconheceria a derrota. Na manhã de 4 de fevereiro de 1992, Chávez apareceu ao vivo, fardado e com boina vermelha, para toda a Venezuela, e pronunciou as seguintes palavras:

[...] Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Ou seja, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder [...] ouçam esta mensagem solidária. Agradeço-lhes a lealdade, valentia, o desprendimento. Eu, ante o país e ante vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado (CHÁVEZ, 1992, p. 165).

O tenente-coronel reconheceu o fracasso da ação, instou os companheiros a se entregar, mas foi além, aproveitou o momento para se colocar como o líder daquele movimento, algo fundamental para se beneficiar da projeção política proporcionada pela tentativa de golpe. Não há fontes capazes de indicar se havia a consciência de que tais palavras encontrariam o impacto capaz de convertê-lo em um potencial líder político.

Até aquele momento Chávez era um militar desconhecido em âmbito nacional. Havia servido em várias unidades militares incumbidas no combate à guerrilheiros, não pertencia à partidos e não existia qualquer incidência pública de críticas suas ao governo da época. Porém, o tenente-coronel pertencia a uma célula rebelde, incrustada no interior das Forças Armadas, que se autodenominava Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200). O que havia começado como um grupo de discussão política, encontros secretos com membros de esquerda clandestina e estudo de textos para jovens militares, ganhou forma de conspiração quando a situação política, econômica e social da Venezuela começou a piorar na década de 1980.

Fundado em 1982, o MBR-200 ganhou adesão nas Forças Armadas entre oficiais, sargentos e soldados mais jovens em razão do momento pouco favorável ao modelo econômico sustentado pelo *rentismo*. País dependente das rendas do petróleo, a queda nos preços do produto no mercado internacional ao longo da década de 1980 foi prejudicial às finanças da Venezuela. Além disso, os governos venezuelanos do momento adotaram medidas de corte neoliberal, reduziram subsídios aos serviços públicos, aumentaram os impostos e penalizaram os setores mais pobres.

Como consequência, houve um aumento da pobreza e do descrédito nos dois partidos políticos dominantes: Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei). O primeiro de matriz socialdemocrata e o segundo de

base social-democrata-cristã, ambos se revezavam no poder desde 1958. Mas, na década de 1980, a imagem das duas agremiações sofria sucessivos desgastes em razão da adoção de políticas econômicas impopulares seguindo o receituário neoliberal, escândalos de corrupção e aumento da violência policial.

A Venezuela, portanto, iniciou a década de 1990 mergulhada em uma crise estrutural e abalada pela convulsão social do *Caracazo*. Tudo isso combinou com o aparecimento de um líder militar rebelde, liderando um movimento que se auto-intitulava bolivariano. O momento era propício para transformar o 4 de fevereiro em algo não reprovável na visão de uma parte significativa da população venezuelana da época. Isso ocorreu porque havia um nítido distanciamento entre a elite dirigente, que reprovou o 4 de fevereiro, e parte significativa da população venezuelana que vislumbrou aquela ação e a figura do tenente-coronel Chávez como algo aceitável e heroico.

Sendo assim, o tempo se encarregou de converter o 4 de fevereiro em uma data notória na história do país, pois desencadeou uma sucessão de fatos que marcariam os acontecimentos das próximas décadas. De fato, sob o ponto de vista militar, a rebelião foi um fracasso, não contou com a adesão de altos-oficiais e foi reprovada por setores da sociedade civil influentes no poder. Mas, por outro lado, sob o aspecto político foi um êxito.

Conforme pontuou Gott (2005, p. 67), um minuto no ar em um momento de derrota pessoal converteu Chávez em um potencial salvador da pátria. O tenente-coronel apareceu na Televisão derrotado, enquanto fazia um discurso para justificar a rendição, ao convocar seus companheiros a fazer o mesmo. Foi um ato de covardia no momento, mas que ao longo do tempo tornou Chávez o maior beneficiário político daquela fracassada rebelião.

Há pouco consenso na historiografia venezuelana se o acontecimento de 4 de fevereiro foi uma rebelião militar ou uma fatídica tentativa de golpe de Estado ao estilo de outras ocorridas ao longo da história dos países latino-americanos⁴. Löwy e Sader (1976, p. 1) pontuam que a América Latina é o continente dos pronunciamentos e das juntas-militares. Ditaduras comandadas por homens oriundos da caserna são traços característicos de sua história política. Isso explica o fato de os acontecimentos do 4 de fevereiro ter tido uma repercussão negativa no âmbito latino-americano e mundial, em um momento de questionamento das ditaduras militares.

⁴ O texto não vai se aprofundar nesta questão e utiliza ambos os termos com o mesmo significado.

Porém, neste caso, os “derrotados” no 4 de fevereiro se converteram nos “vencedores” dos anos posteriores, pois este acontecimento projetou no cenário político Chávez e o grupo que chegaria ao poder sete anos mais tarde (1999). Por isso, houve o interesse em construir uma narrativa histórica ao 4 de fevereiro, amplamente favorável a visão defendida pelo grupo que ascendeu ao poder.

É importante destacar que a rebelião liderada por Chávez não foi a única a ocorrer nas Forças Armadas em 1992. Nove meses depois, ou seja, em 27 de novembro, houve outra tentativa de golpe, dessa vez comandada pelo almirante Hernán Grüber e respaldada pelo partido de esquerda *Bandera Roja*. Gott (2005, p.171-175) pontua que o propósito dessa rebelião era eliminar o presidente, instalar uma junta-militar e libertar Chávez e os demais implicados no 4 de fevereiro.

O líder do MBR-200 havia gravado, da prisão, um vídeo para ser exibido em cadeia nacional. O Palácio de Miraflores chegou a ser bombardeado e foram registrados confrontos em Caracas e Maracay, sendo que 170 pessoas morreram e outras 840 foram presas. Este movimento também fracassou. No final da manhã, Pérez fez um pronunciamento para anunciar que os rebeldes estavam presos e, desta vez, o governo não deu visibilidade a nenhum de seus partícipes.

Desde 1989 a Venezuela convivia com a escalada de violência, policial e política, de difícil solução. Para Uslar Pietri (1992, p. 126), o risco de se recorrer a uma solução violenta como forma de resolver os conflitos políticos nunca desapareceu na Venezuela, conforme demonstra sua conturbada história política. Entretanto, em 1992, a situação refletia no presidente Pérez. Sua liderança estava sendo cada vez mais questionada por amplos setores sociais e até por integrantes de seu partido (AD).

Este descontentamento também existia nos quartéis, em um país com amplo histórico de intervenções militares em momentos de crise. Portanto, as rebeliões militares de 1992 tiveram consequências políticas. No caso do 4 de fevereiro, proporcionou a Chávez e seu grupo a construção de uma narrativa histórica fundamental para se colocar como alternativa de mudança política por via eleitoral. O próximo item discorre sobre isto.

A narrativa histórica do 4 de fevereiro e a candidatura Chávez

Entre 1992 e 1998, Hugo Chávez potencializou sua liderança. Foi um período em que ampliou sua imagem ao patamar de líder político carismático⁵. A farda e a boina vermelha foram substituídas pelo *liqui-liqui* (vestimenta tradicional masculina), o terno e a gravata. Mesmo na prisão, construía uma narrativa ao 4 de fevereiro capaz de manter a simpatia de parte da opinião pública em relação aos miliares rebeldes. Em entrevistas à veículos de comunicação, como rádios, jornais e TVs alinhadas ou contrárias ao governo Pérez, refutava a tese dos críticos de que a ação do 4 de fevereiro havia sido uma tentativa de golpe de Estado com o propósito de instalar uma ditadura. Os termos golpe e ditadura eram rejeitados em razão de sua conotação negativa na Venezuela.

Chávez desconstruía a imagem de golpista usando o termo rebelião, além de justificar esse acontecimento dizendo sê-lo inevitável ante à incapacidade dos meios institucionais em resolver a crise. “Los oficiales y suboficiales que insurgimos el 4 de febrero lo hicimos porque realmente no había ningún otro camino, no había ninguna otra opción para romper el esquema de dominación del régimen” (CHÁVEZ, 1992b, p. 51).

Com base nesta narrativa, o 4 de fevereiro havia sido realizado em defesa do povo. 1992 se tornou o ano em que se abriu uma brecha diante de um sistema podre, corrupto e respaldado por uma democracia mentirosa. Neste sentido, a leitura histórica construída por Chávez e o MBR-200 assumia um papel importante como justificativa a uma ação violenta: “nos alzamos ante el país, ante un gobierno tiránico y corrupto por necesidad histórica” (CHÁVEZ, 1995, p. 129).

Para Hobsbawm (2013), o uso da história como inspiração e ideologia tende a tornar-se mito de auto-justificação e pontua: “não existe venda para os olhos mais perigosa do que esta [...]” (HOBSBAWM, 2013, p. 60). Portanto, a estratégia de utilizar as leituras do passado como uma forma de coesão grupal era marcante no estilo de liderança exercido por Chávez. O líder do MBR-200 sempre admitiu seu interesse pela história e recordava das horas em que passava lendo livros sobre história militar da Venezuela nos tempos de cadete. Isso lhe facilitou na construção de uma narrativa calcada em uma revisão da história do país para justificar sua rebelião militar e, posteriormente, ofereceu subsídios à narrativa histórica do 4 de fevereiro que lhe fosse politicamente favorável.

⁵ O carisma exercido por Chávez, enquanto um líder político de massa, pode ser encaixado na perspectiva de Weber (1986, p.134-141) como algo estruturado na devoção afetiva, pessoal e no heroísmo de um militar insurgente.

Em matéria escrita por Sanchez (1992, p. 2), Chávez caracterizou o que ocorreria caso a rebelião tivesse tomado poder. Segundo ele, os rebeldes prenderiam o presidente Pérez (não o matariam conforme ventilou-se à época) para que a população pudesse julgá-lo, junto a outros políticos envolvidos em corrupção, em algo parecido a um “tribunal do povo”. Chávez também buscou dissipar o intento de formar uma ditadura, caso lograsse êxito na ação. Em sua visão, o eventual governo pós-4 de fevereiro seria de convergência, formado por pessoas honestas, nacionalista, bolivariano e desvinculado tanto do espectro da direita quanto da esquerda.

Um governo de convergência não era uma proposta exclusiva de Chávez e do MBR-200. Ganhava força entre os líderes partidários a ideia de que Pérez havia se tornado um problema. Em maio de 1993, o Congresso destituiu o presidente com base na acusação de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Em seu lugar, o senador Ramón Velásquez completou o período presidencial até fevereiro de 1994.

Nas eleições presidenciais, celebradas em dezembro de 1993, os militares do 4 de fevereiro pregavam a abstenção. Entretanto, Rafael Caldera, político idoso, ex-presidente e fundador do Copei, conseguiu agregar parte do apoio popular dado aos militares presos do 4 de fevereiro e venceu a disputa com apenas 30% dos votos. O velho político atribuía à incapacidade dos governos da AD⁶ em resolver a crise como a responsável pelo descontentamento ter chegado aos quartéis. Caldera percebeu que os rebeldes haviam conquistado a simpatia entre os mais pobres, portanto, relativizou as rebeliões de 1992 com o propósito de conquistar parte destes votos. Em contrapartida, prometeu anistiar todos os implicados nas rebeliões de fevereiro e novembro de 1992.

Em março de 1994, Chávez e os demais militares foram soltos. Alguns deles, como Francisco Árias Cárdenas e Jesus Urdaneta Hernandez, aceitaram cargos subalternos na gestão Caldera. Com seus companheiros envolvidos no governo, Chávez se consolidou como a principal figura do MBR-200 e potencializou sua liderança ao passo que Caldera se tornava cada vez mais impopular. Imenso na vida civil, começou a percorrer a Venezuela e comparecia a todos os veículos de comunicação que lhe cedessem espaço. Nestas aparições, a narrativa do 4 de fevereiro se tornava o principal assunto. Condição todos os acontecimentos políticos na Venezuela do momento à referida rebelião, sem a qual não teria havido a rebelião de novembro do mesmo ano, Pérez não

⁶ As duas eleições presidenciais anteriores, realizadas em 1983 e 1988, haviam sido vencidas pelos candidatos da Ação Democrática, razão pela qual Caldera culpava estes presidentes pela crise e, portanto, pelas rebeliões de 1992.

teria sido destituído e Caldera não ocuparia a presidência. Por isso, Chávez denominava a gestão Caldera de filho indesejado do 4 de fevereiro.

Em uma entrevista concedida por Hugo Chávez e Jorge Olavarría⁷ (1996, p.148), há exatos 4 anos após a tentativa de golpe, em 1996, o ex-tenente-coronel insinuou que Caldera tinha informações de que militares planejavam um golpe em 4 de fevereiro de 1992, razão pela qual explicou a “simpatia” do velho político ao movimento na ocasião. Além de Caldera ter um filho oficial do Exército, Chávez aventou que o então senador esperava uma comissão de militares em sua casa para tomar café. Não havia uma preocupação no tocante à confiabilidade ou não dos fatos históricos. Chávez percebeu que a construção de uma narrativa ao evento que o tornou nacionalmente conhecido lhe serviria para se manter em evidência no cenário político. Isso era o bastante para difundir seu raciocínio.

Como o governo de Caldera não conseguia adotar medidas para conter a crise econômica, o líder do MBR-200 mudou radicalmente sua postura: abandonou a estratégia de se abster de eleições e admitiu que postularia a presidência. Uma candidatura de Chávez vinha sendo aventada por outras pessoas desde o 4 de fevereiro⁸. Porém, o próprio Chávez rechaçava toda hipótese de candidatura e dizia que poderiam fuzilá-lo, caso mudasse de ideia a respeito. Esta postura intransigente durou até 19 de abril de 1997, quando fez o anúncio público de que disputaria às eleições presidenciais a serem celebradas em dezembro de 1998 e, a partir daquele momento, abandonou a ideia de ascensão ao poder por meio de uma rebelião militar.

Para tanto, ampliou apoio político à candidatura ao buscar aliados entre lideranças de bairros, campesinos e movimentos que não haviam feito parte dos governos anteriores. Embora não demonstrasse apreço pelos partidos, fundou uma agremiação para disputar o pleito de 1998. Intitulado de Movimento Quinta República (MV^aR), o partido fundado por Chávez era um agregado de intelectuais de esquerda, centro-esquerda e direita, líderes de bairros, além de militares da reserva. O descontentamento com o sistema vigente era o principal vínculo entre estes setores tão diversos que enxergavam na candidatura do ex-militar rebelde uma forma de ascender ao poder. Neste momento, Chávez se distanciava

⁷ Escritor, advogado e político venezuelano. Olavarría criticava os governos de *Punto Fijo*, por isso apoiou Chávez no início de sua carreira na política. No entanto, se afastou do presidente em 1999.

⁸ Humberto García, colunista do jornal *Últimas Noticias*, era um dos que defendiam a imediata libertação dos militares rebeldes de 1992 e a candidatura de Chávez já nas eleições presidenciais de 1993. No dia 24 de março de 1993, ou seja, um ano antes do tenente-coronel deixar a prisão, García publicou um artigo intitulado “*Propongo al comandante Chávez como candidato presidencial*”.

tanto do espectro da esquerda quanto da direita. Preferia se posicionar como um candidato de terceira via e utilizava como exemplo o primeiro-ministro inglês Tony Blair.

O principal argumento de Chávez para se credenciar ao cargo de presidente era de que sua candidatura seria a única capaz de salvar a Venezuela de um desastre. Portanto, durante a campanha, fez uso de uma narrativa que o colocasse no patamar de herói no 4 de fevereiro. Já não se tratava mais de apenas justificar e interpretar aquele fato, razão pela qual a retórica do ex-tenente-coronel conferiu patamares épicos à rebelião, ao ponto de afirmar ter posto à prova tanto sua vida quanto sua fé em Deus naquele momento.

Chávez se colocou como um líder prudente e que decidiu se entregar para evitar mais mortes, conforme pontuava. Neste sentido, se mostrava como alguém que estava liderando um acontecimento histórico ao lado do povo e capaz de mudar o destino da nação. Todo este movimento, mais uma vez, teria supostamente iniciado em 4 de fevereiro de 1992. Esse raciocínio ficou nítido quando disse: “Mientras los historiadores se dedican a construir la nueva historia, nosotros actuamos [...] llegamos a conclusiones prácticas que nos permiten atacar [...]” (CHÁVEZ, 1997, p. 422).

Na visão de Chávez e de seus partidários, o povo e ele começaram a fazer história após o 4 de fevereiro de 1992, deixando de ser agentes passivos na própria história para se tornarem os protagonistas. A partir deste momento, o candidato Chávez (1998, p.516) começou a conferir à narrativa do 4 de fevereiro uma característica de movimento popular em favor da causa dos dominados, dos humilhados, dos pobres, dos favelados das cidades e dos camponeses explorados.

Segundo ele, os quartéis e as ruas deveriam se unir, pois todo o processo histórico seria produto de uma liderança coletiva. Apesar de ter sido malograda, a partir daquele momento, para Chávez e seus partidários a leitura do 4 de fevereiro seria de que o movimento havia sido cuidadosamente planejado e justificado por meio das circunstâncias históricas. Ou seja, a história estava esperando aquele grupo de militares rebeldes para realizar aquela ação. Eles haviam, portanto, sido os escolhidos pela história para libertar o povo da opressão do sistema político vigente.

A retórica da campanha à presidência atacava as principais mazelas do país, como a corrupção e a pobreza. Mas, apontava como solução a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte para sepultar o sistema político fundado em 1958, contra o qual Chávez e os demais militares haviam se insurgido em 1992. O candidato do MV^aR se colocava como a única pessoa capaz de realizar estas transformações. Para Chávez e seu movimento, a adesão popular, conquistada após o 4 de fevereiro, havia demonstrado que

o povo desejava sérias mudanças e as circunstâncias historicamente construídas, ou seja, o crescente descontentamento popular, respaldava este raciocínio.

Em 6 de dezembro de 1998, Chávez foi eleito presidente com 56% dos votos. Após seis anos e dez meses, se elegia ao cargo máximo da República o homem que se tornou nacionalmente conhecido ao liderar o fracassado movimento militar do 4 de fevereiro. Ascendia à presidência o líder da rebelião que ganharia o *status* de narrativa histórica do Estado. Isso é analisado no próximo item.

Chávez na presidência: o Estado e a narrativa histórica do 4 de fevereiro

Em 2 de fevereiro de 1999, Hugo Chávez tomou posse como presidente da Venezuela. A partir deste momento, a narrativa do 4 de fevereiro, construída por Chávez e seus companheiros, deixou de ser a leitura histórica pertencente apenas ao grupo responsável por aquele movimento para ser tornar a leitura oficial do Estado. A narrativa dos acontecimentos históricos na maioria dos países é influenciada pelo grupo que controla o Estado, pois, por meio desse, possui condições de impor sua narrativa sobre determinado acontecimento. No caso da Venezuela, esta possibilidade é potencializada em razão do papel estratégico ocupado pela narrativa histórica na luta pelo poder. No país, controlar o Estado é mais do que um êxito político, também é a vitória de sua narrativa histórica.

Portanto, a chegada de Chávez à presidência proporcionou que sua versão do 4 de fevereiro se tornasse a dominante e possuísse meios mais eficazes de difusão. A data 4 de fevereiro foi elevada à categoria de Dia da Dignidade Nacional e uma condecoração, a *Gran Orden 4 de febrero*, foi instituída para homenagear pessoas próximas ao regime. Também eram realizados desfiles, paradas militares e celebrações aos militares mortos naquela ação e cumprimento às viúvas.

Nos primeiros anos, a formação de uma retórica foi fundamental para que Chávez mantivesse uma coesão em sua base de apoio. Em 1999, a situação econômica do país continuava delicada e já era o terceiro ano consecutivo de recessão. Neste ano, todo o processo que envolveu a Constituinte e a promulgação de uma nova Carta Magna em dezembro serviram para atenuar muitas críticas.

No entanto, a partir do cumprimento desta promessa de campanha, o governo lançou mão de medidas paliativas, como a formação de mutirões para reparar pontes e estradas, oferecer consultas médicas aos mais pobres e alfabetizar camponeses. Essas iniciativas, denominada de Plano Bolívar 2000, contou com a participação popular e das

Forças Armadas. Entretanto, a dura realidade impedia a recuperação econômica. Os preços do petróleo no mercado internacional começaram a subir à patamares favoráveis somente após 2003 com a invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

Entre 1999 e 2004, os acontecimentos políticos envolvendo as disputas entre Chávez e seus adversários se tornaram mais ríspidas. Em novembro de 2001, um conjunto de medidas promulgadas por Decreto-lei uniram os setores da oposição, principalmente aquelas que alteravam a participação do Estado no setor petrolífero, revertendo o processo de privatização do setor realizado a partir da década de 1980, e que permitia ao Estado desapropriar terras “ociosas” à Reforma Agrária.

Uma onda de protestos, organizada pelos sindicatos (patronais e de trabalhadores) e apoiada por militares dissidentes, emissoras de TV privadas e o governo dos Estados Unidos, culminou no golpe de Estado de abril de 2002. Chávez foi retirado da presidência por 48 horas, ação executada por oficiais dissidentes. O fracasso da ação golpista e o constrangimento com a instalação de um governo não eleito constitucionalmente obrigaram os adversários a apelar à greve dos altos-executivos da estatal PDVSA, empreitada igualmente debelada pela ação do governo em fevereiro de 2003.

A situação se tornou amplamente favorável a Chávez após a vitória no referendo revocatório de seu mandato em 15 de agosto de 2004. A partir desse momento, isolou politicamente seus adversários e se tornou um fenômeno eleitoral de proporções consideráveis. Em seus primeiros anos na presidência, Chávez enfrentou as dificuldades usando uma retórica inflamável e historicamente construída. Nela, o 4 de fevereiro ocupava uma posição estratégica. Podia aventar hipóteses e as legitimar por meio da história:

yo tengo una creencia: si no hubiese ocurrido la rebelión militar, popular, apoyada por el pueblo del 4 de febrero, yo creo que aquí Venezuela hubiese entrado en una guerra civil hace varios años [...]. Gracias a Dios ocurrió el 4 de febrero y evitó tragedias mucho mayores a nuestro pueblo (CHÁVEZ, 2000, p. 102).

Ao longo do tempo, a narrativa do 4 de fevereiro agregava significados, sempre com o propósito de exaltar e justificar o acontecimento. Para o presidente, a rebelião militar ‘partiu em dois’ a história do país. Em 2002, momento em que relembrou os 10 anos da rebelião, Chávez (2002, p.1-18) afirmou que dez anos antes havia uma ‘rendição coletiva’, moldada por uma desesperança geral no país. Em sua visão, isso terminou em razão do 4 de fevereiro, momento em que o povo havia recuperado sua fé e impedido a

implantação de políticas neoliberais que destruiriam a Venezuela. O presidente afirmava que o 4 de fevereiro permitiu ao país chegar adiantando ao século XXI.

Na visão do regime, o 4 de fevereiro evitou a instalação de políticas neoliberais, uma suposta a guerra civil e até a destruição da pátria. Essa leitura histórica adquiriu ainda mais notoriedade após Chávez vencer o referendo revocatório de seu mandato, em 15 de agosto de 2004. A partir desse momento, se transformou em um fenômeno eleitoral de considerável expressão e o principal cabo eleitoral do país. Seu apoio era peça chave em todas as eleições regionais e a capacidade de transferir votos aos aliados o permitiu obter uma avassaladora maioria na Assembleia Nacional após 2005⁹ e se reeleger presidente da República, em dezembro de 2006, com 62% dos votos.

A construção da narrativa histórica do 4 de fevereiro também sofria a influência do momento. Ao passo que o presidente se tornava cada vez mais popular e seus adversários se encontravam alijados, o 4 de fevereiro ganhava uma interpretação cada vez mais transcendental, como se tivesse sido uma batalha do bem contra o mal, vencida pelo bem. Foi neste momento que a palavra golpe perde espaço na leitura histórica do 4 de fevereiro.

Começa-se a vislumbrar este acontecimento como uma heroica rebelião, popular e patriótica, contra o despotismo, o neoliberalismo, o imperialismo e a oligarquia. O 4 de fevereiro foi uma rebelião exclusivamente militar. No entanto, a leitura do regime o reinterpretou como um movimento de protagonismo militar, mas que também houve a participação popular. Essa versão foi legitimada com a narrativa de que o 4 de fevereiro havia refletido mais de um século de frustrações do povo em lutas populares supostamente derrotadas ao longo da história da Venezuela:

[...] el 4 de febrero es hijo de las luchas del pueblo, porque en el 4 de febrero se recogieron 150 y más años de frustraciones; el 4 de febrero es hijo del último suspiro de Bolívar en Santa Marta; el 4 de febrero es hijo del balazo traicionero de Berruecos; el 4 de febrero es, pues, hijo de las luchas del pueblo, hijo de las luchas de siglo y medio (CHÁVEZ, 2007, p. 6).

Nas comemorações do Bicentenário da Independência da Venezuela, celebradas entre 2010 e 2011, o regime ampliou outra vez a narrativa histórica do 4 de fevereiro. O movimento militar se tornou uma continuidade das ‘lutas populares’ travadas durante o

⁹ Na eleição legislativa de 2005, os partidos da oposição decidiram boicotar o pleito. Sendo assim, os apoiadores do governo conquistaram as 165 cadeiras da Assembleia Nacional. Este cenário não se repetiu cinco anos mais tarde (2010) quando a oposição apresentou seus candidatos, mas elegeram um número de parlamentares minoritário e incapaz de atrapalhar o governo.

processo de Independência, pois a Venezuela era considerada, em 1992, um país dominado pelo neoliberalismo e vista como uma colônia petroleira dos Estados Unidos. Soma-se a isso a narrativa de que a rebelião comandada por Chávez acabou evitando um golpe de Estado de direita que, segundo o presidente, vinha sendo orquestrado nas Forças Armadas pela oligarquia conservadora e apátrida. Este raciocínio combinava com a luta política do momento em que a díade direita versus esquerda estava ainda mais presente em um cenário político extremamente polarizado.

Durante sua presidência, Chávez abjurou a chamada terceira via, passou a rechaçar Tony Blair e assumiu que seu governo era revolucionário e de esquerda. Logo, propalou a formação da via venezuelana ao socialismo, o Socialismo do Século XXI, combinada à “luta anti-imperialista” empreendida contra os Estados Unidos. Ademais, Chávez mantinha relações próximas com Cuba, esteve inúmeras vezes na Ilha antes e depois de se eleger presidente. Forneceu petróleo ao país caribenho a fim de amenizar sua crise energética e, em troca, recebeu profissionais cubanos para atuarem na Venezuela.

O diagnóstico de câncer do presidente, admitido em junho de 2011, e as eleições presidenciais de 2012 exigiram da leitura histórica do 4 de fevereiro um papel ainda mais transcendental, com sua legitimidade robustecida por meio da narrativa histórica. Chávez encontrava-se gravemente enfermo e o tratamento contra o câncer, realizado em Cuba, o obrigava a passar longos períodos ausente da Venezuela.

Na campanha presidencial de 2012, o presidente caminhava com dificuldades, embora se dissesse curado por meio de um milagre. As limitações o obrigaram a privilegiar as aparições midiáticas em detrimento das longas viagens pelo interior do país. Ainda assim, em outubro de 2012, Chávez venceu a disputa com 55% dos votos contra 44% do candidato da oposição, Henrique Capriles. Entretanto, percorreu uma dolorosa trajetória que o impediu de tomar posse em janeiro de 2013¹⁰.

Neste momento, a narrativa do 4 de fevereiro ganhou patamares de uma ação milagrosa. Em razão da doença, o presidente falava cada vez mais em milagres, remetendo a uma possível cura. Afirmou que toda sua vida havia sido um milagre, especialmente o 4 de fevereiro de 1992: “Uno siempre ha vivido de milagro en milagro; siempre lo he dicho: llegamos al 4 de febrero de 1992 como de milagro” (CHÁVEZ, 2012, p. 37).

¹⁰ O anúncio oficial da morte de Chávez foi feito em 5 de março de 2013, às 16h e 35 minutos, hora local.

Em linhas gerais, Chávez construiu uma narrativa ao 4 de fevereiro que transformou a leitura deste acontecimento em algo essencial à retórica do regime. A visão sobre a história da Venezuela, pertencente ao grupo político no poder entre 1999 e pode-se dizer que até os dias atuais (2020), é a interpretação do Estado, majoritária e dominante. Portanto, mais do que uma batalha eleitoral, os pleitos vencidos por Chávez também decidiram qual versão histórica seria a vencedora do momento.

Considerações Finais

Na Venezuela existe uma idolatria do passado e uma supervalorização de determinados momentos da história nacional. A idolatria da história, ou do passado, é prejudicial à formação de uma consciência histórica abrangente e crítica do passado de um país, pois “[...] corre-se o risco de erigir os vencedores em juízes dos vencidos e o Estado em testemunha da verdade” (ARON, 2016, p. 205). Diversos períodos e acontecimentos do passado venezuelano são analisados com base em uma narrativa pouco equidistante.

Carrera Damas (1983, p.111) considera a historiografia da Venezuela portadora de um baixo nível crítico-conceitual, pois a consciência histórica nacional é confundida com o culto à determinadas figuras do passado e a momentos históricos considerados épicos ou gloriosos. Assim ocorre em relação a Simón Bolívar e ao processo de Independência (1810-1823), a Ezequiel Zamora e a Guerra Federal (1858-1863) e, mais recentemente, a Hugo Chávez e ao 4 de fevereiro de 1992.

A rebelião militar de 4 de fevereiro é crucial para compreender os desdobramentos políticos da Venezuela contemporânea e viabilizou, em 1999, uma circulação de grupos políticos no poder. Entretanto, isso não significou uma ruptura com o estilo de construção das narrativas históricas e tampouco das leituras sobre o passado. Antes de 1992, a Venezuela possuía leituras específicas de seu passado favoráveis à visão da elite que ascendeu ao poder em 1958. Sendo assim, Chávez e seu grupo político criaram uma narrativa ao 4 de fevereiro eleitoralmente vantajosa e que foi utilizada como instrumento de coesão grupal e legitimada por meio da história.

Antes de Chávez se tornar presidente, sua narrativa do 4 de fevereiro possuía um alcance limitado, mas já era capaz de manter a data e o referido acontecimento em evidência no cenário político. Nas entrevistas do ex-militar logo após sua saída da prisão, mencionar aquela tentativa de golpe, justificar a violência e atrelar o movimento à revolta da população contra o governo da época era uma forma eficaz de manter a simpatia que

uma parte considerável da população nutria pelo ex-tenente-coronel. Este propósito se tornou imprescindível quando Chávez abandonou a estratégia de luta pelo poder via rebelião militar e admitiu postular eleitoralmente a presidência.

Quando Chávez e seu grupo político chegam ao poder, a narrativa histórica do 4 de fevereiro atingiu o patamar de narrativa do Estado. O grupo vencedor pôde impor sua versão histórica no tocante à leitura do passado venezuelano. Este tipo de narrativa, que começou a agregar patamares cada vez mais épicos, foi fundamental para Chávez construir a retórica do regime e potencializar sua liderança. Entre 1999 e 2004, a leitura do 4 de fevereiro foi importante para obter coesão em sua base, apoio às políticas implantadas pelo regime, no enfrentamento aos setores sociais que rechaçavam o presidente, na superação do golpe de Estado de abril de 2002 e na vitória do referendo revocatório do mandato, realizado em 15 de agosto de 2004.

A partir deste momento, Hugo Chávez se tornou um fenômeno eleitoral e a narrativa histórica do 4 de fevereiro atingiu patamares cada vez mais transcendentais. A data passou a ser encarada como o evento que evitou o caos na Venezuela. Na esteira da comemoração do Bicentenário da Independência entre os anos de 2010 e 2011, o 4 de fevereiro se tornou parte do processo independentista e os militares rebeldes daquele momento também atingiram patamares de “libertadores”, não mais do domínio espanhol, mas do imperialismo norte-americano.

Este processo se potencializou quando Chávez foi diagnosticado com câncer, algo publicamente admitido em junho de 2011. Nesse momento, o 4 de fevereiro é cada vez mais atrelado a uma ação milagrosa. Essa palavra foi frequentemente pronunciada pelo presidente que chegou a dizer que ele e seus companheiros haviam chegado ao 4 de fevereiro de 1992 por um milagre, o mesmo que o curaria do câncer.

Com base no discutido ao longo do texto, a narrativa histórica e a ação política cotidiana na Venezuela desempenham um papel fundamental na formação de maiorias eleitorais, razão pela qual os diferentes grupos impõem suas leituras sobre o passado quando estão no controle da máquina estatal.

Referências

ALVES, Fabrício. Entre a cultura histórica e a cultura historiográfica. *AEDOS – Revistas do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS*, Porto Alegre, Nº 5, Vol 2, julho-dezembro de 2009.

ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Tradução: Jorge Bastos. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

- CARRERA DAMAS, Germán. La historiografía venezolana actual. *Ideas y Valores*, Ciudad de Mexico, v. 1, n. 32-34, p. 77-82, 1969.
- CARRERA DAMAS, Germán. Simón Bolívar, el culto heroico y la nación. *The Hispanic American Historical Review*, Nova York, v. 63, n. 1, p.107-145, fev/1983.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3ª Edição. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHÁVEZ, Hugo & OLAVARRÍA, Jorge. *El 4 de febrero sigue más vivo que nunca*. Televen, 4 de febrero de 1992. In: RANGEL, José Vicente. *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo: entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012)*. 3ª Edición. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013, p. 141-163.
- _____. Consejo de Ministros. Despacho Uno, Palacio de Miraflores, Caracas, 8 de diciembre de 2012. *Unidad, lucha, batalla y victoria*. Palabras del Presidente, 7,8,9 de diciembre. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2012, p. 23-48.
- _____. *El desmoronamiento político del gobierno de Caldera*. Televen, 18 de junio de 1995. In: RANGEL, José Vicente. *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo: entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012)*. 3ª Edición. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013, p. 121-138.
- _____. Intervención... acto de celebración del X aniversario del 4 de febrero. Palacio de Miraflores, Caracas, 4 de febrero de 2002. *Discursos y Alocuciones*. Disponível em: <todochavez.gob.ve> (acesso: 25/09/2017).
- _____. Intervención... celebración del XV aniversario del 4 de febrero. Fuerte Tiuna, Caracas, 4 de febrero de 2007. *Discursos y Alocuciones*. Disponível em: <todochavez.gob.ve> (acesso: 25/09/2017).
- _____. *Intervención... VIII aniversario de la rebelión del 4F-92*. Plaza Caracas, 4 de febrero de 2000. *Discursos y alocuciones*. Disponível em: <todochavez.gob.ve> (acesso: 25/09/2017).
- _____. *No hay líder verdadero sin un liderazgo colectivo*. Caracas, 6 de abril de 1998. In: BLANCO MUÑOZ, Agustín. *Venezuela del 04F-92 al 06D-98: habla el comandante Hugo Chávez Frías*. 3ª Edición. Caracas: Cátedra Pio Tamayo, UCV, 1998, p. 515-558.
- _____. *Nos duele la patria*. Yare, 30 de agosto de 1992b. In: RANGEL, José Vicente. *De Yare a Miraflores, el mismo subversivo: entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012)*. 3ª Edición. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013, p. 31-50.
- _____. *Nosotros no pasamos de abstencionistas a ultranza a electoralistas*. Caracas, 25 de septiembre de 1997. In: BLANCO MUÑOZ, Agustín. *Venezuela del 04F-92 al 06D-98: habla el comandante Hugo Chávez Frías*. 3ª Edición. Caracas: Cátedra Pio Tamayo, UCV, 1998, p. 403-462.
- _____. Pronunciamento do tenente-coronel Hugo Chávez em cadeia nacional. Caracas, 4 de fevereiro de 1992. In: UCHOA, Pablo. *Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo: Globo, 2003.
- GARCÍA, Humberto. *Propongo al comandante Chávez como candidato presidencial*. Últimas Noticias, 24 de marzo de 1992. In: GARCÍA, Humberto. *Hugo Chávez Frías, del 4 de Febrero a la V República*. Caracas: Colección 4F, 2012, p.89-91.
- GOTT, Richard. *Hugo Chavez and the Bolivarian revolution*. London: Verso Books, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 9ª Edição. Tradução: Celina Cavalcante. São Paulo: Paz & Terra, 2014.
- _____. *Sobre história*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v4.i10.2022.104122

JONES, Bart. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. Tradução: Rodrigo Castro. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

LÖWY, Michael & SADER, Eder. La militarisation de l'état en Amérique Latine. *Tiers-Monde*, Paris, 1976, n° 68. L'Amérique Latine après cinquante ans d'industrialisation (sous la direction de Pedro Calil Padis), p.857-890.

MARINGONI, Gilberto. *A Revolução venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SANCHEZ, Laura. Ya comienzan a oírse las cacerolas. *El Universal*, Caracas, 2 de marzo 1992, p.2. Depositado en: Hemeroteca Nacional de la Biblioteca Nacional de Venezuela. Caracas – República Bolivariana de Venezuela.

USLAR PIETRI, Arturo. *Golpe y Estado en Venezuela*. Caracas: Grupo Editorial Norma, 1992.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In. *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 3ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1986.

Artigo recebido em 06 de novembro de 2020. Aprovado em 20 de fevereiro de 2021.